



## JUDICIÁRIO

Tribunal enfrenta crescentes denúncias de envolvimento de ministros com dono do banco, o que tem impactado a imagem da Corte ante a população. Presidente da instituição, Edson Fachin tenta viabilizar o código de conduta ainda neste ano

# Caso Master: STF cada vez mais pressionado

» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) atravessa uma das crises institucionais mais agudas de sua história recente, pressionado, especialmente, pelo desdobramento das fraudes do Banco Master, escândalo para o qual estão sendo arrastados ministros da Corte. Em meio a denúncias envolvendo alguns dos seus integrantes, o tribunal acena com um código de conduta, que, no entanto, tem sofrido resistências internas.

A crise de credibilidade que assombra o STF é alimentada por revelações de conexões entre os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Nunes Marques com o Master, do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, preso preventivamente em março durante a Operação Compliance Zero.

A mais recente envolve Nunes Marques. Reportagem do *Estadão*, de ontem, afirma que o ministro e a mulher dele viajaram de Brasília a Maceió em um jatinho da Prime You, que tinha Vorcaro como sócio. Em nota, o magistrado admitiu a viagem, em 14 de novembro de 2025, a convite da advogada Camilla Ewerton Ramos, que representa o Master em processo no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O motivo seria a comemoração do aniversário da advogada na capital alagoana.

"No dia 14/11/25, o Ministro Nunes Marques e a esposa viajaram para festa de aniversário de Camila, casada com o desembargador Newton Ramos, que foi colega do Ministro no TRF1. Camila convidou o Ministro e outros casais de amigos e ficou responsável pelo voo e detalhes da viagem", diz a nota.

Em uma manifestação complementar sobre sua conduta e relações próximas com advogados, Nunes Marques afirmou que se declara suspeito em casos envolvendo amigos.

Segundo a nota, essas suspeições são registradas na Secretaria do Tribunal em datas muito anteriores aos encontros ou voos, garantindo que processos relacionados a essas pessoas "nem chegam a ser remetidos ao gabinete".

A manifestação sustenta que declarar a suspeição de forma transparente é a medida que "protege a honra do Judiciário" e assegura ao magistrado o seu direito constitucional de convivência em sua vida privada.

O STF foi parar no centro do escândalo bem antes, com a revelação de que a

Rosinei Coutinho/STF



Pesquisas têm mostrado o declínio da credibilidade do Supremo para os brasileiros, numa crise ainda sem solução para a Corte

mulher de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, manteve um contrato milionário com o Banco Master. Também houve trocas de mensagens entre Daniel Vorcaro e Moraes no dia da primeira prisão do banqueiro, em novembro do ano passado.

Em outra frente, uma empresa da qual Dias Toffoli é sócio teria recebido dinheiro de um fundo ligado ao banco. A partir da revelação, o ministro deixou a relatoria das investigações e, depois disso, declarou-se suspeito para participar dos julgamentos sobre o caso. O inquérito foi redistribuído e agora está nas mãos do ministro André Mendonça.

Na última quinta-feira, a *Folha de S. Paulo* publicou que, em 4 de julho do ano passado, Toffoli voou num avião da Prime Aviation. O ministro e a defesa do ex-banqueiro não se pronunciaram.

Além de Toffoli, Moraes e Viviane Barci

pegaram voos em aeronaves particulares da empresa ligada ao dono do Master, também segundo o jornal paulista. Conforme a reportagem, os dois pegaram, ao menos, oito voos entre maio e outubro de 2025. Sete deles foram da empresa Prime Aviation e um outro, em uma aeronave de Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro e também preso.

Em reação à matéria, o gabinete de Moraes chamou a denúncia de ilação e sustentou que o magistrado "jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vorcaro ou em sua companhia e de Fabiano Zettel, a quem nem conhece". Por sua vez, o escritório de Viviane disse que contrata diversos serviços de táxi aéreo e que, entre eles, já esteve a Prime Aviation.

As suspeitas que rondam os ministros impactaram a imagem do STF ante a população. Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, divulgada no último dia 26, mostrou que, para 47% dos brasileiros, o STF está

"totalmente envolvido" com o escândalo do Master. Já 10% acreditam que o tribunal está "muito envolvido"; 12% apontam "algo envolvido"; e 13%, "pouco envolvido". Foram entrevistadas 5.028 pessoas entre 18 e 23 de março, com margem de erro de um ponto porcentual, para mais ou para menos, e índice de confiança de 95%. No Congresso, há 97 pedidos de impeachment contra ministros.

Em meio à crise de confiança da população com o STF, o presidente da Corte, Edson Fachin, tenta viabilizar a aprovação de um código de conduta ainda em 2026. O projeto, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia, busca estabelecer normas éticas inspiradas em tribunais internacionais. O magistrado defende um "saúdável distanciamento" entre juízes e as partes interessadas, ressaltando que os privilégios da magistratura são um "depósito da confiança pública".

## » Código para o Judiciário

O Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) lançou, na quarta-feira, um plano de prevenção e combate à corrupção no Brasil, com propostas para ampliar a integridade e a transparência no setor público. Elaborado por integrantes do Judiciário, do governo e da sociedade civil, o relatório inclui, entre outros pontos, a criação de um código de conduta para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). "Estamos devendo ao Brasil uma profunda reforma do sistema de Justiça", disse, no evento, o jurista José Renato Nalini, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Ele enfatizou que a crise de credibilidade do Supremo é "trágica" e "afeta profundamente a democracia".

## Reflexão

Para o advogado Francisco Zardo, mestre em direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sócio da Dotti Advogados, o momento exige uma reflexão sobre como o tribunal se posiciona perante a sociedade. Ele pondera que a percepção de justiça é um ativo que precisa ser preservado para que o magistrado possa exercer sua função primordial.

"Ter um juiz independente, com condição de decidir sem medo, é um grande ativo em favor do cidadão. Se não temos alguém com essa possibilidade de decidir com independência, a cidadania fica muito exposta", ressaltou.

Zardo observou que, embora a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) estabeleça deveres claros, como manter uma conduta irrepreensível na vida pública e particular, a aplicação dessas normas no topo da pirâmide jurídica é complexa.

"A Lei Orgânica da Magistratura se aplica a todos os magistrados, inclusive aos ministros do Supremo. Mas, como o Supremo é o órgão de cúpula, não existe ninguém acima dele na República. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) não está acima do Supremo, está ao lado. Isso cria um cenário no qual falta o órgão incumbido de aplicação direta dessas normas", explicou. (**Com Agência Estado**)

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Na Câmara, trocas de partidos confirmam maioria conservadora

É cada vez mais evidente na política brasileira o descolamento dos partidos de projetos nacionais e sua conversão em máquinas de sobrevivência eleitoral. Esse "transformismo" é um processo político associado ao peso do fundo eleitoral, das emendas parlamentares, da densidade das legendas e às alianças na disputa à Presidência e aos governos estaduais. Esse conjunto explica a troca-troca da janela partidária. Confirma a hegemonia conservadora na Câmara e uma deriva mais à direita do sistema partidário. O PL cresce de 86 para 101 deputados (+15), tornando-se o principal polo de atração de parlamentares. Se for confirmado esse avanço nas eleições, a legenda ampliará seu acesso ao Fundo Eleitoral, ao Fundo Partidário e ao controle de emendas, relatorias e comissões, independentemente do resultado das eleições presidenciais.

Quanto maior a bancada, maior a capacidade de financiar campanhas e irrigar bases locais, num mecanismo de autorreprodução de mandatos que vicia a representação popular, blinda os mandatários e bloqueia

a renovação política. O avanço da direita não se deve apenas à identidade ideológica. Decorre, sobretudo, de sua expectativa de poder, fortalecida pela competitividade da candidatura de Flávio Bolsonaro, em empate técnico com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse movimento foi acompanhado por ganhos do PP (+4) e do Podemos (+8), partidos que ampliam sua capacidade de financiamento e distribuição de recursos, reforçando o campo conservador.

No campo governista, a situação é mais fragmentada. O PT recua marginalmente (67 para 66, -1), mantendo sua base, mas sem capacidade de expansão. O PSB cresce (+4), enquanto PSol, PCdoB, PV e Rede avançam de forma residual. Esses ganhos melhoram a capilaridade da esquerda, mas não alteram significativamente sua força material. As perdas do União Brasil (-15), do MDB (-5), do Republicanos (-3) e, sobretudo, do PDT (-10), reduzem as possibilidades de ampliação do campo governista em direção ao centro.

PSD e MDB permanecem como peças-chave do xadrez político do Congresso.

O PSD mantém 47 deputados, porém, sua força real está na densidade eleitoral e no controle de governos estaduais e estruturas locais. Trata-se de um partido fragmentado regionalmente, que responde mais aos interesses de suas lideranças estaduais do que a uma estratégia nacional. Isso torna a candidatura do ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado suscetível de "cristianização", pois uma parte do partido deve apoiar Lula, enquanto outra já gravita em torno de Flávio Bolsonaro.

O MDB, mesmo reduzido a 37 deputados, mantém forte capilaridade municipal e acesso relevante a recursos. Não se orienta por ideologia, mas por expectativa de poder. Apoiará quem oferecer melhores condições eleitorais e espaço na máquina pública. Em um cenário polarizado, ambos — PSD e MDB — atuam como fiadores de maiorias, são protagonistas da barganha política em troca de governabilidade.

## Política como negócio

As emendas parlamentares são

decisivas nesse processo. O orçamento impositivo transformou deputados em operadores diretos de recursos, fortalecendo sua autonomia em relação ao Executivo. Isso reduz a capacidade de coordenação do governo e reforça a lógica individual: cada parlamentar busca maximizar sua entrega local. Bancadas maiores concentram mais emendas, tornando-se mais atrativas. O crescimento do PL, portanto, é também orçamentário. PL, PSD, MDB e PP convertem melhor votos em cadeiras e poder local, enquanto legendas menores têm menor eficiência competitiva. Isso explica a migração para partidos médios e grandes, capazes de sustentar campanhas robustas.

O avanço do PL indica que cresce, no sistema político, a avaliação de competitividade de Flávio Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a estabilidade do PT reflete a resiliência de Lula como candidato à reeleição. Nesse quadro, as perdas do PDT (-10), Avante (-4), PRD (-3) e Cidadania (-2) são emblemáticas. Em crise interna, o

último perdeu identidade; e Arnaldo Jardim (SP), seu parlamentar mais influente, não será candidato.

Ainda que exista uma questão ética subjacente, o "transformismo" uma questão é política. No Brasil, não existe um projeto democrático de modernização capaz de forjar um novo consenso nacional. A massa crítica intelectual e empresarial para formular essa alternativa foi aliada da política ou capturada por essa dicotomia.

Os partidos foram capturados pela "transa" política. Já não se orientam por programas, mas por interesses particulares, pesquisas eleitorais e a audiência nas redes sociais. Subalterna, a "política do bem comum" foi sufocada pelo controle burocrático dos partidos, o financiamento eleitoral, as emendas impositivas ao Orçamento e a "política como negócio", que ditam as regras do jogo e alimentam uma "partidocracia" patrimonialista. E, assim, novas gerações perpetuam as velhas oligarquias.